
Análise do ciberacontecimento #AlcantaraÉQuilombola¹

Danilo ARAÚJO²

Giovana MESQUITA³

Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE

RESUMO

O Estado brasileiro emitiu um pedido de desculpas às comunidades quilombolas de Alcântara reconhecendo suas violações ao direito à propriedade e à proteção judicial durante a audiência na Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH). No entanto, não foram abordadas as violações relacionadas ao deslocamento forçado das comunidades quilombolas durante a instalação do Centro de Lançamento de Foguetes em Alcântara (MA). A falta de clareza e precisão nas respostas do governo federal gerou incertezas e insegurança em relação ao futuro dessas comunidades. Nesse contexto, a presente pesquisa analisa o ciberacontecimento da hashtag #AlcantaraÉQuilombola no X (antigo twitter), utilizando a análise de conteúdo como abordagem metodológica inspirada por Bardin (1977), investigando os tweets do Movimento dos Atingidos pela Base Espacial de Alcântara (MABE) e da organização Justiça Global sobre o caso. Os resultados revelam que as plataformas digitais foram essenciais para amplificar as vozes das comunidades quilombolas, mobilizando apoio internacional e destacando a luta por justiça e direitos humanos.

PALAVRAS-CHAVE: ciberacontecimento; quilombolas; Alcântara; Jornalismo.

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação Antirracista e Pensamento Afrodiaspórico, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 47º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professora do Curso de Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco. UFPE(CAA/UFPE) e do PPGCOM da UFPE. E-mail: giovana.mesquita@ufpe.br.

³ Doutorando em Comunicação pela Universidade Federal de Pernambuco. UFPE, e-mail: dbsadanilo@gmail.com

INTRODUÇÃO

As comunidades quilombolas no Brasil são símbolos de resistência aos sistemas de opressão, mantendo suas tradições culturais e práticas agrícolas sustentáveis. No entanto, enfrentam violências que ameaçam seu modo de vida, como deslocamentos forçados e conflitos territoriais, muitas vezes resultando em ataques brutais e assassinatos.

Um exemplo emblemático é Alcântara, no Maranhão, onde a construção de um centro de lançamento de satélites, conduzido pelo governo brasileiro em parceria com agências espaciais internacionais, agravou os conflitos territoriais entre as comunidades quilombolas e esses projetos de desenvolvimento. Apesar de várias oportunidades, o governo brasileiro não reconheceu nem corrigiu as violações, deixando as comunidades sem títulos de propriedade coletiva, enfrentando desapropriações e a instalação de uma base de foguetes da Força Aérea Brasileira.

Em abril de 2023, a Corte Interamericana de Direitos Humanos julgou pela primeira vez o Brasil por violações contra quilombolas durante a construção do Centro de Lançamento de Alcântara. Organizações buscaram justiça, pedindo títulos de propriedade, consultas prévias, compensações e um fundo de desenvolvimento comunitário.

O julgamento gerou grande repercussão nas esferas parlamentares e movimentos sociais nas redes digitais, tornando-se um ciberacontecimento (Henn, 2014). O caso ganhou destaque no perfil da Justiça Global no X (antigo Twitter) e na Folha de São Paulo, tornando-se um ponto importante na defesa dos direitos quilombolas. O artigo analisa o ciberacontecimento associado à hashtag #AlcântaraÉQuilombola nas redes sociais, especificamente no X, através dos tweets do Movimento dos Atingidos pela Base Espacial de Alcântara (MABE) e da Justiça Global. A metodologia adotada é a análise de conteúdo, seguindo Bardin (1977), para analisar o conteúdo que gerou impacto e a disseminação do caso nas redes sociais.

TRAJETÓRIA DOS QUILOMBOLAS EM ALCÂNTARA

A história das violações dos direitos dos quilombolas em Alcântara é marcada por eventos simbólicos. Desde os decretos e remoções compulsórias na década de 1980 até

os desafios contemporâneos, cada etapa influencia a percepção pública e a interpretação dos eventos.

Em 1980, um decreto estadual desapropriou 52 mil hectares de terras, ameaçando as famílias quilombolas para criar o Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), violando seus direitos. Em 1983, um Decreto Federal sancionou a criação do CLA, com promessas de concessões que nunca foram cumpridas, como terras adequadas para cultivo e proximidade com a praia.

Entre 1986 e 1988, 312 famílias de 32 povoados foram removidas à força e realocadas em agrovilas com áreas reduzidas. Em 1991, a área desapropriada aumentou para 62 mil hectares. Em resposta, surgiram movimentos como o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais de Alcântara (MOMTRA) em 1992 e o Movimento dos Atingidos pela Base Espacial de Alcântara (MABE) em 1999.

Em 2002, o antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida publicou um laudo que identificou oficialmente as Comunidades Remanescentes de Quilombo em Alcântara. Nos anos seguintes, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e outras entidades internacionais começaram a se envolver mais ativamente, denunciando as violações e buscando justiça para as comunidades afetadas.

A partir de 2020, novas resoluções governamentais ameaçaram novamente as comunidades quilombolas. A pandemia da Covid-19 exacerbou as dificuldades, destacando a falta de políticas adequadas para proteger essas populações vulneráveis. Em 2020, a CIDH aprovou um relatório que responsabilizava o Brasil por violações de direitos humanos, elaborando recomendações para proteger os direitos quilombolas. Em 2022, o caso das Comunidades Quilombolas de Alcântara foi levado à Corte Interamericana de Direitos Humanos. Finalmente, em 2023, a Corte proferiu seu julgamento, reconhecendo as violações sistemáticas cometidas contra os quilombolas na construção do CLA, um projeto liderado pela Força Aérea Brasileira.

CIBERACONTECIMENTO: DO ANALÓGICO AO DIGITAL

O cibercontecimento para Henn (2014) refere-se a eventos que ocorrem na esfera digital e são analisados sob uma perspectiva semiótica. Diferente dos acontecimentos tradicionais, os cibercontecimentos se desenvolvem e se disseminam nas redes sociais, moldados pela cultura digital e novos processos de semiose. O cibercontecimento não

segue a ordem tradicional de mediação jornalística, sendo intensificado pela semiose e pelas formas contemporâneas de produção de eventos.

As redes sociais são vistas como espaços conversacionais que reconfiguram a cultura, permitindo o compartilhamento de informações e a construção coletiva de significados. Esse processo afeta o jornalismo convencional, que perde sua posição de instaurador da semiótica da realidade social. Henn (2014) classifica os ciberacontecimentos em seis categorias: mobilizações globais, protestos virtuais, exercícios de cidadania, afirmações culturais, entretenimentos e subjetividades. Essas categorias refletem a nova arquitetura narrativa potencializada pelas redes digitais, demonstrando como questões públicas ganham força e influenciam tanto o jornalismo quanto o imaginário coletivo.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS EM #ALCÂNTARAÉQUILOMBOLA

Esta pesquisa examina como o julgamento da Corte Interamericana de Direitos Humanos sobre as violações contra quilombolas repercutiu nas redes sociais digitais nos dias 26 e 27 de abril de 2023. A análise foca nos tweets do Movimento dos Atingidos pela Base Espacial de Alcântara (@Mabe_Alcantara) e da Justiça Global (@justicaglobal), que utilizaram a hashtag #AlcântaraÉQuilombola. A hashtag #AlcântaraÉQuilombola foi amplamente utilizada para chamar a atenção para o julgamento e suas implicações, gerando um ciberacontecimento.

O Movimento dos Atingidos pela Base Espacial de Alcântara (MABE) é uma organização que defende os direitos das comunidades quilombolas impactadas pela construção e expansão do Centro de Lançamento de Alcântara, combatendo as remoções forçadas e a perda de terras tradicionais. Já a Justiça Global é uma entidade de direitos humanos que promove a justiça social, econômica e ambiental, oferecendo apoio legal e político a comunidades vulneráveis e denunciando violações de direitos humanos.

Para entender a repercussão do julgamento, a metodologia adotada é qualitativa e exploratória, baseada na Análise de Conteúdo conforme Bardin (1977). Inicialmente, foram coletados tweets dos perfis @justicaglobal e @Mabe_Alcantara que utilizaram a hashtag #AlcântaraÉQuilombola nos respectivos dias. Foram incluídas todas as postagens que mencionavam diretamente o julgamento da Corte e a situação dos quilombolas de Alcântara. Os tweets selecionados foram organizados e categorizados para identificar

temas recorrentes, utilizando uma codificação aberta baseada em temas e a natureza das postagens. Exemplos de categorias: denúncias de violações, apoio às comunidades quilombolas, cobertura do julgamento e repercussão internacional.

A análise dos dados envolveu a interpretação dos tweets codificados para identificar padrões, relações e significados emergentes, examinando as mensagens, a frequência dos temas e o engajamento gerado (retweets, likes, comentários). O objetivo foi entender o conteúdo da hashtag #AlcântaraÉQuilombola e perceber como esta foi utilizada para amplificar a voz das comunidades quilombolas e mobilizar apoio internacional, além da reação da comunidade online ao julgamento.

Com base na análise, foram estabelecidas conclusões sobre o conteúdo das postagens nas redes sociais e o papel da hashtag na mobilização e conscientização sobre a causa quilombola.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise dos tweets dos perfis @justicaglobal e @Mabe_Alcantara nos dias 26 e 27 de abril de 2023 mostrou como a hashtag #AlcântaraÉQuilombola ganhou relevância nacional durante o julgamento da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Entre os dias 24 e 27 de abril, a @justicaglobal compartilhou 144 tweets e 9 retweets, disseminando informações sobre o julgamento.

A thread inicial em 26 de abril destacou a preparação para a primeira sessão do julgamento, atraindo 13 mil visualizações, 14 retweets, 4 comentários e 45 curtidas, oferecendo uma cobertura ao vivo. Depoimentos impactantes de quilombolas de Alcântara, como o de Maria Luzia, abordaram as remoções forçadas nos anos 80 e promessas não cumpridas pelo governo. Os tweets destacaram as dificuldades enfrentadas pelas comunidades quilombolas realocadas, incluindo a perda de práticas tradicionais e acesso a serviços essenciais. Depoimentos de Inaldo Faustino, e outros quilombolas reforçaram essa narrativa, enquanto perguntas dos juízes focaram nas promessas não cumpridas e na sustentabilidade das agrovilas.

A segunda thread em 27 de abril manteve a hashtag ativa, alcançando 5.447 visualizações, 9 retweets, 1 comentário e 23 curtidas. Incluía depoimentos de Justina Alves e Yuri Costa, também quilombolas de Alcântara, que discutiram as políticas

públicas e os processos de remoção, além de perspectivas sobre dificuldades enfrentadas pelas comunidades.

A conta @Mabe_Alcantara também esteve ativa, compartilhando informações sobre o julgamento. A análise dos tweets revelou a complexidade das questões envolvidas e a importância de garantir os direitos das comunidades quilombolas diante do desenvolvimento tecnológico. A hashtag #AlcântaraÉQuilombola foi eficaz em amplificar a voz das comunidades quilombolas, mobilizando apoio internacional e destacando a necessidade de lutar por justiça e direitos humanos, demonstrando o poder transformador do jornalismo digital em influenciar a opinião pública sobre questões de direitos humanos.

Adicionalmente, o pedido de desculpas do Estado brasileiro às comunidades quilombolas de Alcântara, reconhecendo as violações de direitos fundamentais conforme estipulado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, foi amplamente repercutido nas redes sociais, fortalecendo ainda mais a mobilização e o ciberacontecimento gerado pela hashtag. Isso demonstrou o poder transformador do jornalismo digital em influenciar a opinião pública sobre questões de direitos humanos e na responsabilização do Estado por suas ações passadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O pedido de desculpas do Estado brasileiro às comunidades quilombolas de Alcântara reconheceu as violações de direitos fundamentais, conforme estipulado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos. No entanto, o deslocamento forçado dessas comunidades para a criação do Centro de Lançamento de Foguetes de Alcântara ainda não foi resolvido satisfatoriamente. A pesquisa analisou o ciberacontecimento simbolizado pela hashtag #AlcântaraÉQuilombola no X, utilizando a metodologia de análise de conteúdo de Bardin (1977). As mensagens do MABE e da Justiça Global foram examinadas, revelando as percepções e reações das comunidades envolvidas. As plataformas digitais se mostraram veículos essenciais de expressão e alcance global para essas comunidades.

A análise da hashtag #AlcântaraÉQuilombola ilumina as narrativas digitais e preocupações das comunidades. Ao integrar-se às mídias sociais, o jornalismo expande sua capacidade de alcance e engajamento, oferecendo uma plataforma para vozes

frequentemente marginalizadas e reforçando seu papel como um agente de mudança social e política.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. Os quilombolas e a base de lançamento de foguetes de Alcântara: laudo antropológico. Brasília: MMA, 2006. 2 v.: il.; 24 cm. ISBN 85-7300-198-4. CDU 39 (812.1).
- BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal; Centro Gráfico, 1988.
- FOLHA DE S.PAULO. "Construção de base no Maranhão faz Brasil ser julgado pela 1ª vez por violar direitos de quilombolas". Acesso em: 14 de agosto de 2023. Disponível em: bit.ly/4c3n3mf. Acesso em: 14 de agosto de 2023.
- HENN, R. El ciberacontecimiento, producción y semiosis. Barcelona: Editorial UOC, 2014.
- MARINHO, G. Corte Interamericana: Brasil pode ser condenado por crimes contra quilombolas de Alcântara (MA). [Publicação de blog]. Justiça Global, 2023. Disponível em: bit.ly/4bZW8YM. Acesso em: 14 de agosto de 2023.
- MENDES, Ana. Quilombolas de Alcântara sob ameaça: entre a pandemia e a remoção forçada. 2020. Disponível em: bit.ly/4b7SMSf. Acesso em: 14 ago. 2023.
- TWITTER. (2023, 26 de abril). #AlcântaraÉQuilombola. [Tweet]. @Mabe_Alcantara. Disponível em: bit.ly/3xl8aNa. Acesso em: 14 de agosto de 2023.
- TWITTER. (2023, 26 de abril). A segunda sessão do julgamento #AlcântaraÉQuilombola já foi aberta!. [Tweet]. @justicaglobal. Disponível em: bit.ly/3RsrEGk. Acesso em: 14 de agosto de 2023.
- TWITTER. (2023, 26 de abril). #AlcântaraÉQuilombola. [Tweet]. @justicaglobal. Disponível em: bit.ly/3RqpQ0Q. Acesso em: 14 de agosto de 2023.